

Diário de Notícias

Autor: Licínio Lima

Data: Terça-feira, 10 de Julho de 2007

Pág.: Capa+10+11

Temática: Portugal

Espiões. Entre 2001 e 2006, com Silvio Berlusconi à frente do Governo italiano, os serviços de informação militar italianos espionaram mais de 200 magistrados europeus, entre eles vários portugueses

Juízes espiados vão pedir intervenção do Governo

Secreta italiana terá partilhado as espionagens

Mais de 200 magistrados europeus - juízes e Ministério Público (MP) - foram espionados pelo Serviço Secreto Militar da Itália (SISMI) entre 2001 e 2006, anos em que o governo transalpino foi chefiado por Silvio Berlusconi, líder do partido de direita Forza Italia. Entre os visados encontram-se vários portugueses, nomeadamente António Cluny, Mouraz Lopes, Orlando Afonso e António Martins.

Este caso, comunicado aos magistrados dia 7, vai ser analisado hoje pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP). A entidade, presidida por António Cluny, deverá solicitar ao ministro da Justiça que, em nome do governo português, peça explicações às autoridades italianas. O sindicato, entre outras coisas, quer saber o que fez a secreta italiana com as informações recolhidas, e se as partilhou com outros serviços secretos europeus, nomeadamente com o Serviço de Informações de Segurança (SIS) português. Ao que o DN apurou, a partilha de informações entre serviços secretos é prática corrente.

A mesma questão vai ser levantada amanhã pela Medel, (Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades), uma Organização Não Governamental (ONG) que reúne juízes e magistrados do Ministério Público de toda a Europa. Desta entidade, reconhecida pelo Conselho da Europa, faz parte o SMMP, sendo António Cluny um dos seus vice-presidentes, assim como a Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP), presidida por António Martins, mas representada ali por Mouraz Lopes, que dirigiu o combate ao crime económico-financeiro na Políeia Judiciária (PJ). A Medel, recorde-se, era presidida pelo juiz português Orlando Afonso quando Silvio Berlusconi subiu ao poder.

Correspondência violada

Entre os cerca 200 magistrados "devassados" pela secreta italiana, além dos portugueses, encontram-se 47 italianos, nomeadamente o ex-presidente da Associação Nacional de Magistrados de Itália, Bruti Liberati, e vários espanhóis, incluindo o conhecido juiz Baltazar Garzà.

A denúncia foi feita dia 7 pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) de Itália, entidade que dirigiu as investigações ao Sismi (ver texto na página seguinte). Numa das buscas a um escritório clandestino da secreta, o CSM encontrou vários dossiers, um deles relacionado coma observação de juízes

"definidos como portadores de pensamentos e estratégias desestabilizadores e próximos de partidos de esquerda". Neste dossier constavam alguns nomes conhecidos, como o ex-chefe do MP de Milão Francesco Saverio Norrelli, ou a procuradora Ilda Bocassi, conhecida por ter conduzido as investigações contra Silvio Berlusconi. "A intenção era atingir a credibilidade de quem (referindo-se aos juizes) trabalhava em processos particularmente delicados", explica o CSM italiano no relatório a que o DN teve acesso.

Um outro dossier envolvia a Medel. O método do passava por vasculhar a correspondência electrónica dos magistrados que constam na lista da associação e, pontualmente, por escutas telefónicas e perseguições.

Segundo o CSM, a secreta estava preocupada sobretudo com os magistrados italianos que, sendo membros da Medel, integravam o movimento Magistratura Democrática, uma facção no interior da Associação Nacional dos Magistrados. A secreta conotava aqueles magistrados com movimentos de "centro-esquerda", hostis ao governo de direita, temendo que pudessem armar uma conspiração de âmbito europeu contra o governo italiano.

Mas as preocupações maiores, segundo o CSM, eram os magistrados que, pertencendo à Medel, trabalhavam para o OLAF - organismo europeu anti-fraude que fiscaliza a aplicação dos dinheiros comunitários nos estados membros. É o caso de Bruti Liberati, ex-presidente da Medel e da Associação Nacional de Magistrados, que integrava a comissão de supervisão do OLAF. É também o caso de Alessandro Perdura, um operacional do OLAF, igualmente membro da Medel. Os magistrados portugueses foram apanhados pelo SISMI no meio destas investigações.